*Artigo

SAÚDE PÚBLICA NA UTI

Primeiro centro de tratamento de esclerose múltipla do país. Maior cadastro de doadores de medula óssea. Hemocentro que abastece nove hospitais. Referência em atendimento de emergência, ortopedia, pediatria e serviços de alta complexidade, como neurocirurgia e transplante. Núcleo de ensino com relevantes pesquisas técnico-científicas. Esse rápido perfil retrataria à perfeição um complexo hospitalar de primeiro mundo. Mas esse é lado bom da moeda. Na realidade, o cenário revela a enorme capacidade da Santa Casa de São Paulo em driblar dificuldades e obter significativos resultados num Brasil que nunca deu à saúde a prioridade devida e nem se preocupou em assegurar a igualdade de qualidade no atendimento aos pacientes da rede pública.

Aliás, a percepção da precariedade da saúde pública pela sociedade foi novamente confirmada por pesquisa realizada pelo Datafolha, em meados de 2014, a pedido do Conselho Federal de Medicina (CFM) e da Associação Paulista de Medicina (APM), que quis ouvir a opinião dos maiores interessados na questão, que são os cidadãos. Embora não traga nenhuma surpresa, as conclusões são, no mínimo, preocupantes: 63% atribuem nota de zero a quatro à saúde como um todo e 51% assim classificam o atendimento do Sistema Único de Saúde(SUS). Destaque-se que 94% dos entrevistados buscaram atendimento no SUS nos últimos dois anos.

Embora restrita aos paulistas, os números da pesquisa apenas confirmam a percepção dos médicos, dos profissionais da saúde e dos pacientes e evidencia a fragilidade das políticas públicas para a área e os gargalos de gestão, analisam Desiré Callegari, secretário do CFM. A nota da entidade é mais contundente, ao afirmar que tais fatores denunciam o descompromisso dos gestores, especialmente em nível federal, para com a rede pública de saúde, como revelado em diferentes análises do Tribunal de Contas da União e da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados.

Um dos mais graves problemas apontados é a dificuldade de acesso a prontos-socorros, situação inaceitável que se repete nas consultas, cirurgias e exames diagnósticos, havendo pacientes que esperam há mais de um ano por atendimento em consultório, por exemplo. O conselho destaca também, como grave distorção, o fato de que 47% têm dificuldade de acesso a pronto-socorro, que é a porta de entrada e de triagem para a utilização dos restantes serviços da rede pública de saúde. No quesito internação, 50% reclamam de demora excessiva – o que não é de estranhar, pois 13 mil leitos foram desativados nos últimos anos.

Nesse cenário de precariedade, quando foi noticiado o fechamento do pronto-atendimento da Santa Casa de São Paulo a informação caiu como uma bomba, por trazer à tona a ameaça que paira sobre quase todas as misericórdias do país: a insustentável defasagem entre os repasses que recebem do SUS e os custos dos serviços que prestam gratuitamente, como entidades filantrópicas, o que gera crescentes déficits e risco de corte de entrega de medicamentos e outros produtos médicos pelos fornecedores. A falta de recursos para pagar encomendas de materiais básicos foi a causa que levou à suspensão do pronto atendimento da Santa Casa de São Paulo, instituição que há mais de 450 anos está em funcionamento. Aliás, prestando serviços que podem ser classificados, sem exagero, como inestimáveis: 1,6 milhão de atendimentos ambulatoriais, 2 milhões de atendimentos de emergência, 49 mil cirurgias e 6,2 milhões de exames. Conta aproximadamente com 2 mil leitos e quase 13 mil colaboradores (incluindo médicos e residentes), constitui um complexo de 13 hospitais, 2 policlínicas, 3 prontos-socorros municipais e 11 unidades básicas de saúde (UBS's) – divididos entre próprios ou administrados no sistema organização social de saúde. Esses números se referem a 2013, e não deixam dúvida de que a Santa Casa de São Paulo é o maior hospital filantrópico do país, atendendo diariamente uma média de 8 mil pessoas.

Ressaltando que os hospitais filantrópicos respondem por mais da metade dos atendimentos realizados pelo SUS, o CFM alinha-se aos que defendem soluções práticas e inadiáveis para conter a crise. Entre as medidas que, pelo menos, deveriam estar em estudo, incluem-se programa de renegociação das dívidas das filantrópicas (a exemplo de medidas que o governo federal já adotou para outros setores, como o empresarial) e reposição parcial ou total das perdas acumuladas em anos anteriores; agilização do sistema de repasse de pagamentos (hoje há demora de meses entre o atendimento e a chegada do dinheiro público); revisão e adequação da tabela do SUS à realidade dos custos do atendimento médico-hospitalar; oferta de linhas de financiamento favorecidas para os hospitais filantrópicos (novamente a exemplo do que é feito a outros setores).

É cada vez mais urgente a revisão da política pública de saúde, para evitar a repetição da crise que o CFM, em nome de 400 mil médicos, chama de "mais um episódio dramático na história da saúde pública brasileira". Crise que pode prejudicar milhões de pessoas por ano, incluindo aqueles que viajam de rincões remotos em busca de tratamento adequado oferecido pelos hospitais filantrópicos. Crise que também pode se agravar com a pressão dos milhares de pacientes que estão abandonando os planos de saúde complementar, por questão de custo e queda de qualidade no atendimento particular, e engrossam as filas às portas estreitas da rede pública de saúde.

Ruy Martins Altenfelder Silva é vice-provedor da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo e presidente da Associação Paulista de Letras Jurídicas.

Diário da Serra®
O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA

Propriedade da Gráfica e Editora Diário da Serra Ltda - ME
ISSN 2238-6467
FUNDADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996
Edição on line desde 06 de setembro de 1997

ENDEREÇO
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Jardim do Lago II • Tangará da Serra - MT CEP: 78300-000
Fone (65) 3326-4724 Fax 3326-6501

CIRCULAÇÃO
Tangará da Serra, Nova Olímpia, Denise, Arenápolis, Nortelândia, Nova Marilândia, Santo Afonso, Barra do Bugres, Campo Novo do Parecis e Sapezal
Tiragem total: 1,5 mil exemplares

ADMINISTRATIVO
DIREÇÃO GERAL
Mano Reiki
mano@diariodaserra.com.br
DIREÇÃO ADMINISTRATIVA
Silvana Tormes
silvana@diariodaserra.com.br

REDAÇÃO
DIREÇÃO DE JORNALISMO
Fabiola Tormes
CONTATO
redacao@diariodaserra.com.br

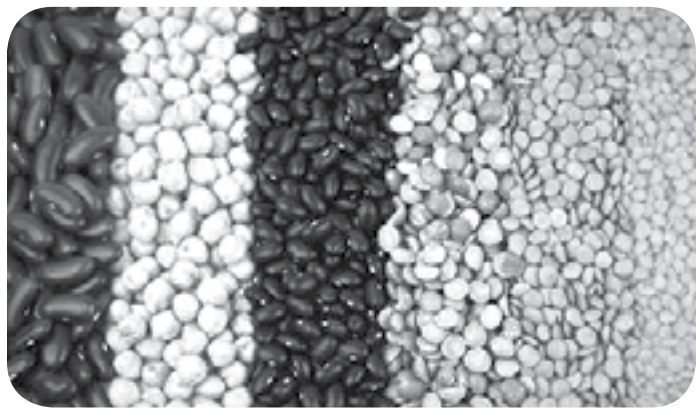
DEPTO. DE ARTES
Gean Michel Lourenço Costa
Reinaldo Manarim Neto
CONTATO
ds@diariodaserra.com.br
adm@diariodaserra.com.br

DEPARTAMENTO COMERCIAL
PUBLICIDADE E ASSINATURA
Diário da Serra Editora e Publicadora Ltda
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 01
CNPJ 10.285.184/0001-57
PUBLICIDADE LEGAL
E. Tormes & Cia Ltda-ME
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 02
CNPJ 14.048.125/0001-07
GRÁFICA
Gráfica e Editora Diário da Serra Ltda - ME
Av. Tancredo Neves, 1247-W
CNPJ 01.828.544/0001-09
CONTATO
ds@diariodaserra.com.br
diariodaserra@terra.com.br
65 3326-4724

CENTRAL DO ASSINANTE: 65 3326-6501
www.diariodaserra.com.br

*Curtas

MT terá queda na produção de grãos



O último relatório de safra do Instituto Mato Grossense de Economia Agropecuária (Imea) indica uma possível queda na produção de grãos de 1,77 milhão de toneladas na safra 2014/2015. O principal responsável para esse cenário é o milho, que terá uma produção menor que na safra 2013/2014. Segundo o Imea, apesar dessa queda, a produção de grãos ainda será maior que a capacidade de armazenagem, pois, analisando-se o potencial de armazenamento de 31,11 milhões de toneladas atualmente no estado segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), ainda se verificará uma defasagem na próxima temporada. Na safra 2013/2014, considerando-se as normas da FAO de uma capacidade ótima de 20% maior que a produção, o índice de defasagem em Mato Grosso foi de 70%, e para a 14/15 é esperado que seja de 65%. Apenas na região noroeste esse déficit deve aumentar, saindo de 172% para 198%, uma vez que a produção de milho e soja deve ser maior em 2015 na região.

Denatran

O Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) apresentará nesta quinta-feira (04/12), o novo modelo brasileiro de placas veiculares no padrão Mercosul. O Coordenador-Geral de Informatização e Estatística do Denatran, Rone Evaldo Barbosa, concederá entrevista coletiva sobre o assunto às 9h, no Ministério das Cidades, em Brasília (DF).

Novo modelo

O novo modelo da placa dos veículos foi aprovado, por unanimidade, na última reunião do Conselho Nacional de Trânsito (Contran). A Resolução 510, com as especificações da nova placa, será publicada no Diário Oficial da União, desta quinta-feira (04/12). O padrão Mercosul será obrigatório a partir de 1º de janeiro de 2016 para o emplacamento de veículos novos.

2015

Foi publicado no Diário Oficial o decreto nº 2.827, que estabelece os feriados e pontos facultativos, nacionais e estaduais, nas repartições públicas de Mato Grosso para o ano de 2015. Foram decretadas 19 datas na publicação assinada pelo governador Silval Barbosa, pelo secretário-chefe da Casa Civil, Pedro Nadaf, e pelo secretário de Administração Pedro Elias Neto.

Serviços Essenciais

Ainda segundo o decreto, não haverá prejuízo na prestação dos serviços considerados essenciais, sendo que os dirigentes e responsáveis pelos órgãos definirão quais são esses serviços. Já os feriados municipais serão observados e analisados pelas repartições públicas em cada município, para que assim sejam divulgados.

*Bastidores da Política

Silval Exonerou

O Diário Oficial do Estado traz a exoneração de integrantes do primeiro escalão do governo Silval Barbosa (PMDB). Estão na lista os secretários de Estado, o procurador-geral do Estado, Jenz Prochnow Júnior, os presidentes de quatro autarquias do Estado, além de secretários-adjuntos da Casa Civil, da Secretaria de Cultura e da Secretaria de Transporte e Pavimentação Urbana (Setpu).

Medida

Conforme consta nos atos assinados pelo governador, a medida passa a valer a partir de 31 de dezembro, último dia da gestão de Silval. Até lá, os secretários seguem atuando normalmente. De acordo com o secretário de Estado de Comunicação, Marcos Lemos, a publicação é apenas para antecipar o ato que, geralmente, ocorre nos últimos dias de mandato.

Bloqueio

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal determinou o bloqueio de bens até o limite de R$ 196,7 milhões de 17 pessoas e 3 empresas processadas no escândalo de corrupção que ficou conhecido como mensalão do DEM. Entre os atingidos pela decisão estão os ex-governadores José Roberto Arruda e Paulo Octavio, o delator do esquema.

Liminares

Ainda constam Durval Barbosa e o ex-procurador de Justiça do DF José Domingos Lamoglia. As decisões atendem a seis liminares protocoladas pelo Ministério Público e atingem também empresas das quais os réus eventualmente sejam sócios. Cabe recurso. Advogado de Arruda, Edson Smaniotto não quis se pronunciar sobre a decisão.

Ministério Público

A defensora de Durval afirmou que não vai recorrer, já que a decisão é um "desfecho das investigações iniciadas a partir das revelações" dele. A defesa de Lamoglia não soube informar que medidas vai adotar. Já a de Paulo Octavio informou que vai recorrer. Nas denúncias, o MP diz haver participação dos réus em esquema criminoso com o intuito de desviar recursos do DF.

Magistrado

"É fundado o receio do autor no sentido de que os réus venham dispor de seu patrimônio, notadamente o adquirido ilicitamente, a fim de se livrar das consequências jurídicas sancionatórias previstas, em tese, na Lei nº. 8429/1992 [que trata sobre o enriquecimento público de agentes públicos no exercício do mandato]", diz na sentença.

Mensalão do DEM

O esquema do mensalão do DEM de Brasília foi descoberto depois que a Polícia Federal deflagrou, em novembro de 2009, a operação Caixa de Pandora, para investigar o envolvimento de deputados distritais, integrantes do governo do Distrito Federal, além do então governador José Roberto Arruda e de seu vice, Paulo Octávio. Octávio e Arruda sempre negaram envolvimento.

Riscos

Arruda chegou a ser preso, deixou o DEM para não ser expulso e foi cassado pela Justiça Eleitoral. Paulo Octávio renunciou ao cargo para defender-se das acusações. Durante meses, o DF esteve ameaçado de intervenção federal, devido ao suposto envolvimento de deputados distritais, integrantes do Ministério Público e do Executivo com o esquema denunciado por Durval Barbosa.

Câmara aprova e Mendes reduz 7 secretarias

A Câmara Municipal de Cuiabá aprovou por unanimidade, na sessão desta quinta-feira, 04, a reforma administrativa encaminhada há duas semanas pelo prefeito Mauro Mendes (PSB). O projeto do Executivo Municipal, que reduz de 24 para 17 o número de secretarias municipais, prevê economia anual de R$ 15 milhões. Inicialmente, a reforma previa a demissão de 500 servidores comissionados e extinção 9 das 24 secretarias atuais. No projeto aprovado, porém, foram cortados 143 cargos e extintas 7 secretarias, uma vez que Mendes decidiu manter a Secretaria de Trânsito, que mudou o nome para Mobilidade Urbana, e a Secretaria de Fazenda. Segundo o líder do prefeito na Câmara, vereador Leonardo de Oliveira (PTB), as outras demissões são referentes a contratos temporários do Executivo.

Ilustração: Reinaldo Netto